

o entendimento da definição e dos significados simbólicos da obesidade remetem a uma imersão na história da alimentação. Nesta análise histórica, os aspectos da ciência biomédica são contextualizados, por serem estes resultados os que levaram ao modelo hegemônico atual para tratar a obesidade. Estes resultados conduzem aos dois modelos atuais: o da medicalização e o da nãomedicalização. Para estudar a dinâmica de como estes modelos se estabeleceram, explora-se o conceito de campo das relações simbólicas de Bourdieu. Assim, é introduzida a noção de campo dos bens simbólicos da obesidade, com destaque ao campo científico da obesidade. Desta análise resulta a descrição de mecanismos de poder que asseguram a hegemonia do modelo de medicalização, num campo de interesses onde se articulam forças associadas, desde a indústria de alimentação à produção do conhecimento científico. Um resultado presente em cada etapa de desenvolvimento deste trabalho é a identificação do estigma e da discriminação do obeso como conseqüência social da obesidade. Este aspecto é relevante quando se considera a possibilidade de se transmutar, por exemplo, no Brasil, o atual *problema social da obesidade* para uma *questão social da obesidade*.

(Des) estruturação do trabalho e condições para a universalização da Previdência Social no Brasil / ((De) structuring of work and conditions for the universalization of Social Security in Brazil

MARIA LUCIA LOPES DA SILVA

Curso: Doutorado em Política Social/UnB

Data da defesa: 24 de março de 2011

Orientadora: Prof^a Dr.^a Ivanete Salete Boschetti

Palavras-chave: trabalho, trabalho assalariado, informalidade, contrato social, seguridade social, assistência social e previdência social.

Keywords: work, paid work, informality, social contract, social security, social assistance and social welfare.

Esta tese examina, no contexto contemporâneo de desestruturação do trabalho e da seguridade social no Brasil, as condições para a universalização da previdência social. Argumenta-se que o modelo de previdência social adotado no país até a instituição da seguridade social, em 1988, dependia exclusivamente do trabalho assalariado e tinha sua cobertura estritamente vinculada ao nível de emprego. A partir daquele ano, a concepção de seguridade social e o seu modelo de financiamento possibilitaram o ingresso, na previdência social, de trabalhadores que estão inseridos em relações informais de trabalho, tornando-a, fundamentalmente, mas não exclusivamente dependente do trabalho assalariado formal. Com isso, apesar da existência de limites estruturais à plena universalização desta política social no marco do capitalismo há possibilidades de avanços expressivos nessa direção. Todavia, para atender aos interesses do grande capital, o significado da seguridade social brasileira vem sendo corroído, o seu *superávit* negado e os direitos da previdência social reduzidos. Sob o argumento neoliberal de que constitui um *contrato social entre gerações*, tenta-se desvinculá-la dos objetivos da seguridade social. Na atualidade, há mais de 50 milhões de pessoas da População Economicamente Ativa fora de sua proteção. São pessoas, principalmente do sexo masculino, com baixa escolaridade e renda de até dois salários mínimos. As estratégias usadas pelo governo federal para ampliar a sua cobertura fogem aos objetivos da seguridade social prescritos na Constituição do Brasil, imprimem alguma facilidade ao acesso, mas restringem

direitos. Dessa forma, os avanços possíveis na direção da universalização da previdência social, como política de seguridade social, estão condicionados à luta de classes e a uma correlação de forças capaz de promover, entre outras coisas, a reorientação das diretrizes macroeconômicas e da política de emprego adotadas, o aprofundamento da democracia no país e o fortalecimento dos objetivos da seguridade social e do controle da sociedade sobre a seguridade social, em especial sobre a previdência social.

Ideias, Interesses e Instituições na
formação de agendas de políticas públicas:
o caso do programa de Economia
Solidária Brasília / *Ideas, Interests and
Institutions in the formation of public policies
agendas: the case of Solidarity Economy
Program*

LIDUINA GISELE TIMBÓ ARAGÃO

Curso: Doutorado em Política Social/UnB

Data da defesa: 25 de março de 2011

Orientadora: Prof^a Dr^a Denise Bomtempo Birche de Carvalho

Palavras-chave: formação de agenda, modelo de múltiplas correntes, ideias, interesses, instituições, economia solidária.

Keywords: training schedule, a model of multiple chains, ideas, interests, institutions, social economy.

A formação da agenda governamental e os processos decisórios que antecedem sua transformação em política pública